

Confira nesta edição



Apesar dos esforços do último ano, luta em defesa dos aposentados e pensionistas continua em 2015

p. 4 e 5

Aposentados



Entenda como será a contribuição previdenciária a partir de abril

p. 15

Sindical



Promoção dos Auditores Fiscais é pauta de luta do SINDAFEP em 2015

p. 3

Nacional



Diminuição na arrecadação de impostos para Previdência

p. 6

PGP-PR



Melhores iniciativas do Paraná estão reunidas na nova revista do PGP-PR

p. 10

Nacional

Aumento de impostos seria desnecessário com a aprovação da PEC 186

p. 7

Editorial

Palavras da diretoria

Vivemos no último ano um período anômalo no acordo das pendências e das reivindicações com o governo. Ao completamos o primeiro ano de gestão desta diretoria, nos deparamos com mais uma transmissão de responsabilidade pela pasta da Secretaria de Estado da Fazenda – trataremos nossas questões com o terceiro ocupante do cargo em um ano.

As solicitações – por razões óbvias sempre dirigidas ao secretário da Fazenda – e posteriores negociações sofrem interrupção a cada troca de direção. Com isso, grande parte do trabalho desenvolvido se perde. A cada novo secretário, o Sindicato se apresenta e leva ao conhecimento do novo titular as pendências e a pauta de reivindicações da classe.

Um exemplo são as promoções, sobre as quais tratamos inicialmente com a secretária Jozélia Nogueira, avançamos uma etapa com o secretário Sebastiani – com a publicação do decreto 10.937/2014 – e, no momento de se efetivarem os efeitos financeiros, mais uma substituição

na pasta. Para agravar, o novo secretário assume com o estado passando por gravíssima crise financeira e com a responsabilidade de resolvê-la a qualquer custo.

Mas sabemos que a receita do estado superou em muito a variação inflacionária dos últimos quatro anos. Neste contexto, como tábua de salvação, o governo se debruça no corte indiscriminado de despesas para resolver seu problema financeiro. A remuneração do servidor público é investimento na qualidade do serviço em contrapartida ao imposto pago.

Não podemos permitir que direitos e garantias conquistados em décadas de luta e negociações sejam ceifados dos servidores tendo como parâmetro a “tábua rasa”, sem considerar a história da composição de cada remuneração – levada em conta no momento de se estabelecerem as tabelas salariais de cada carreira.

Temos que nos manter mobilizados e definir ações que demonstrem nossa indignação e insatisfação com as medidas e postura adotadas pelo governo estadual.

Falecimentos

BEMVINDO FELIX SIDREIRA PINTO	28/09/2014
LUIZ FERNANDO DE BRITO	15/10/2014
TAKESHI MURAKAMI	01/11/2014
CALISTO TOMAZZONI	10/11/2014
ANGELA BRAGA DOHMS	12/11/2014
LUCY CAMARGO KUJO	18/11/2014
LAURA DE MORAES SPAGOLA MASSAN	04/01/2015
JONAS RIBEIRO GONCALVES	05/01/2015
AIRTON ARQUIMEDES MENEZES	17/01/2015
ALICE PAULA WESTPHALEN	24/01/2015
JAIRO JOSE LOURENÇO	28/01/2015

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e**Pensionistas:** Delcídes Toneli

SUPLENTE

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTE

Domingos Casselli Mansani; Luiz Círuelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTE

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marín; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinguello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br

41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)

Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)

Dayse Porto

Larissa Knaipp

Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami**DIAGRAMAÇÃO:** Larissa Knaipp**TIRAGEM:** 2.500 exemplares

Promoção dos Auditores Fiscais é pauta de luta do SINDAFEP em 2015

A diretoria do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP) inicia o ano trabalhando em defesa dos direitos da categoria fiscal, com a cobrança da implantação dos efeitos financeiros das promoções dos Auditores Fiscais – conforme definido pelo decreto 10.937 – previstos para janeiro e julho de 2015.

Em 13 de janeiro, o SINDAFEP se reuniu com o diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), José Aparecido Valencio da Silva, para solicitar a implantação das promoções e, paralelamente, foi protocolado ofício solicitando reunião com o novo secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa.

Para o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, o sindicato buscará “resolver pelo menos esta pendência de imediato e tratar das pendências antigas que, possivelmente, o secretário ainda não conhece.”

A preocupação da entidade é grande, considerando que há determinação para suspender todas as despesas até que a nova administração fazendária conheça a real situação financeira do estado.

Além do presidente da entidade também representaram o SINDAFEP, o vice-presidente sindical, Wanderci Polaquini, e a vice-presidente de administração, Nilce Costa de Oliveira

forma automática, dando ao administrador certa liberdade de decisão, seja pela conveniência, oportunidade ou forma de realização.

Em defesa da categoria, o SINDAFEP, por meio do Gabinete da CRE, protocolou o ofício 175/2011. O documento contém a relação dos Auditores que preenchiam os requisitos para promoção em julho de 2011.

Em julho de 2013, os Auditores conquistaram a progressão, o que resultou na apresentação de novo protocolo ao processo com a lista atualizada. Diversos entraves impediram a efetivação das promoções, como o atingimento do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e substituições de secretário.

Com a luta do SINDAFEP pela causa, em maio de 2014 o governador do estado do Paraná, Beto Richa, assinou o decreto 10.937.

O documento deveria surtir os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015 em relação ao Anexo I – que promove, em sua maioria, do nível AF-G para o AF-H – e, a partir de 1º de julho de 2015, em relação ao Anexo II – do nível AF-H para o AF-I. Até a data da reunião os aumentos não haviam sido efetivados.

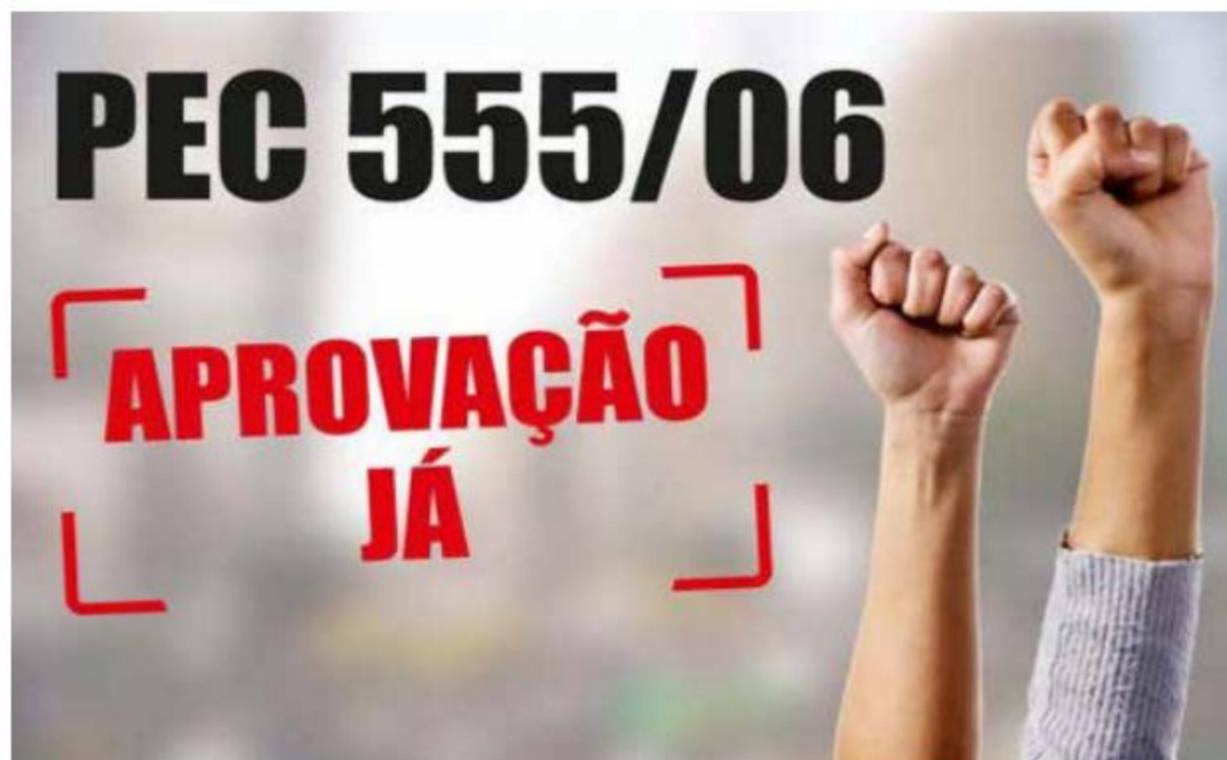


Nascentes. Na reunião também estiveram presentes os assessores da CRE e os delegados de Londrina, Maringá e das duas delegacias de Curitiba.

PROMOÇÕES

O direito à promoção foi garantido pela lei complementar 131/2010, que reestruturou a carreira dos Auditores Fiscais. Entretanto, isso não é feito de

Luta em defesa dos aposentados e pensionistas continua em 2015



Mesmo depois de contribuir durante toda a vida, servidores públicos aposentados e pensionistas ainda precisam contribuir com 11% sobre o valor que exceder o teto da Previdência Social, atualmente em R\$ 4.663,75 – porcentagem estipulada pela Emenda Constitucional (EC) 41/2003, que as entidades que representam a categoria lutam para revogar.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que espera para ser pautada no plenário da Câmara, defende o fim da taxa para servidores públicos aposentados. Segundo o vice-presidente de finanças do SINDAFEP, Olávio Pires Pereira, “a cobrança dessa contribuição é imoral. A aprovação da PEC é uma questão de justiça com os aposentados e pensionistas, que durante anos trabalharam pelo desenvol-

vimento desse país e contribuíram para a Previdência”.

Apesar de ter sido aprovada por comissão especial em agosto de 2010, a PEC 555 é tratada como pauta-problema, já que sua aprovação gera perda de arrecadação para o governo federal e, por isso, nunca chegou à Ordem do Dia do Plenário – período da sessão em que ocorrem as votações.

Em torno dessa luta, o SINDAFEP, juntamente à Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), tem sido insistente na busca pela aprovação da PEC e, durante 2014, esteve à frente da causa dos aposentados e pensionistas.

No início de 2014, representantes de diversos sindicatos filiados à Federação estiveram em Brasília com o intuito de conseguir apoio de deputados para a votação da propos-

ta na Câmara.

Atendendo à solicitação, servidores públicos inativos lotaram o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em 28 de maio. O ato ocorreu em defesa da votação imediata da Proposta. Participaram sindicatos de vários estados pertencentes à Fenafisco, inclusive o SINDAFEP.

Aposentados e pensionistas vestiram camisas de apoio à correção da injustiça que ocorre no país com aqueles que trabalharam e contribuíram a vida inteira e ainda estão sujeitos a descontos para a Previdência Social, quando deveriam apenas estar usufruindo o fruto do seu trabalho, sem passar pelo constrangimento de ter parte de sua aposentadoria confiscada pelo governo.

Para o presidente da federação nacional, Manoel Isidro dos Santos Neto, a mobilização para a aprovação da PEC foi de extrema importância para a sociedade brasileira, uma vez que há urgência em colocar a proposta em votação. “Para isso, é fundamental que as entidades representativas dos servidores públicos articulem contato com os parlamentares, no sentido de esclarecê-los acerca da importância do tema”, afirmou.

Devido ao empenho das entidades em obter apoio, diversos deputados estiveram presentes no

ato manifestando solidariedade à aprovação da PEC 555, entre eles, o líder político Ivan Valente (PSOL-SP). “Além de ser inconstitucional e ilegal, [a EC] carrega uma perversidade, que é a lógica de não reconhecer o trabalho prestado por milhões de brasileiros e o contrato previdenciário que se estabeleceu”, declarou.

Em agosto, uma reunião entre o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e líderes das entidades representativas de aposentados do serviço público e do Regime Geral foi realizada para cobrar a aprovação da PEC. Na ocasião foi lançado o Movimento Unificado dos Idosos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do INSS (UNA-SE) com o objetivo de pressionar a votação da pauta da categoria. A ação contou com o apoio dos sindicatos ligados à Fenafisco.

A PEC 555 tramita na Câmara desde 2006. Pelo texto aprovado na comissão especial, ao atingir 61 anos o servidor passará a pagar 80% da



contribuição, que será reduzida 20 pontos percentuais a cada ano, até se chegar à isenção completa, aos 65 anos. Porém a falta de quorum qualificado inviabilizou a votação da proposta em 14 de outubro, frustrando mais uma vez aposentados e pensionistas que a aguardavam.

Dessa forma, ficou definido que a proposta voltaria à pauta após o segundo turno das eleições. Apesar do término do processo eleitoral, a PEC continuou esperando por votação até o final de 2014.

PARANÁ

Os aposentados e pensionistas do Paraná não estavam sujeitos à cobrança da contribuição previdenciária até o início de dezembro, quando o governo do estado divulgou que os inativos teriam que fazer a contribuição de 11% sobre seus proventos para o Paranaprevidência.

Logo ao receber a notícia, representantes do SINDAFEP se reuniram com o deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), na época

líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Traiano se comprometeu a levar a pauta da categoria governo do estado. Além disso, o SINDAFEP esteve presente na audiência pública, realizada no Plenarinho da Assembleia, para tratar do tema.

O Sindicato se mobilizou para tentar barrar a medida do governo, disponibilizando transporte até a Alep para os filiados e buscando apoio de deputados. Mesmo com o trabalho das entidades sindicais da categoria, a medida foi aprovada, prejudicando os servidores do estado.

Apesar do resultado, o SINDAFEP mostrou que continuará em defesa dos servidores públicos aposentados e pensionistas. “No Paraná, tomaremos as medidas necessárias para lutar pelos direitos da nossa categoria, ao mesmo tempo em que intensificaremos os trabalhos em Brasília pela aprovação da PEC 555”, afirmou o presidente da entidade, José Carlos Carvalho.

PEC 555/2006 AINDA NÃO FOI APROVADA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA CONTINUA PREJUDICANDO SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS.

Diminuição na arrecadação de impostos para Previdência gera controvérsia



A desoneração da folha de pagamento – medida temporária instituída no Plano Brasil Maior em 2011 – foi ampliada e tornou-se permanente para 56 setores da economia. Com o objetivo de sustentar o crescimento econômico, o governo instituiu regras que diminuem a arrecadação de impostos na área de Seguridade Social.

A lei 13.043/2014 altera a forma pela qual as empresas são tributadas para financiamento da Previdência Social, substituindo a contribuição patronal por outro imposto sobre o faturamento da empresa, e não mais sobre a folha de pagamentos. As alíquotas variam de 1 a 2%, de acordo com o setor da economia.

Essa e demais ações foram apresentadas como formas de incentivar a indústria nacional, aumentando a competitividade internacional e gera-

ção de empregos formais em diversos segmentos e aumento da remuneração dos trabalhadores com carteira assinada.

Porém, com a diminuição da receita da Previdência, da Assistência Social e da Saúde, houve perda de cerca de R\$ 19 bilhões em 2013 na arrecadação do setor, segundo a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

Para o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, o valor que deixa de ser arrecadado não será suficiente para tirar a indústria nacional do “atoleiro”.

“É mais uma tentativa inócua que em nada vai modificar a situação atual. O problema é muito mais grave e não é só com isto que o Brasil melhorará a sua competitividade no mercado internacional”, explica Carvalho.

Com a diminuição da arrecadação,

o discurso de que esse benefício não se sustenta na atual economia é reforçado. Para a economista Ana Carolina Cordilha, “é uma lógica perversa: os recursos são retirados da Previdência para conceder incentivos ao setor privado, provocam piora dos resultados e esta piora é utilizada como argumento para defender a insustentabilidade financeira e necessidade de reformas”.

Para os economistas Josué Pellegrini e Marcos Mendes, no Brasil o gasto público é crescente, por isso a receita precisa acompanhar essa despesa. “Se a desoneração da folha de pagamentos gera perda de receita e os gastos continuam crescendo, o resultado é a ampliação do déficit público, com efeitos como o aumento da inflação, déficit nas transações externas e crescimento da dívida pública”, explicam.

PARA O PRESIDENTE DO SINDAFEP, O VALOR QUE DEIXA DE SER ARRECADADO NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA TIRAR A INDÚSTRIA NACIONAL DO “ATOLEIRO”.

Com a PEC 186 aumento de impostos seria desnecessário

Há mais de seis anos, a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital e demais entidades dos Fiscos municipais, estaduais e federal lutam pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 186/2007. A PEC garante que a administração tributária e Auditores possam fiscalizar a arrecadação de impostos de forma autônoma.

O novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou em 19 de janeiro o aumento de impostos sobre combustíveis, produtos importados e operações de crédito. Porém, para o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, “não haveria necessidade de aumento de impostos se os Auditores Fiscais tivessem autonomia para investigar todas as contribuições, já que poderíamos garantir R\$ 321 bilhões a mais de arrecadação”.

Atualmente, existem barreiras políticas que beneficiam sonegadores fiscais, o que impede que os servidores realizem fiscalizações transparentes e eficientes sob a



arrecadação. A PEC 186 quer, justamente, acabar com a escolha de quem pode ou não ser fiscalizado, levantando mais capital para o Brasil sem aumento da carga tributária.

Como se trata da riqueza de todo o país, a população também precisa se envolver nesta causa. Com mais arrecadação de tributos, os recursos podem ser destinados corretamente para serviços públicos, como educação, saúde, segurança e infraestrutura, beneficiando o trabalha-

dor que contribui de forma honesta no pagamento de impostos, mas que não os vê convertidos em bens e serviços.

Vista a necessidade da PEC 186, está sendo realizada campanha para informar a população e o próprio Fisco sobre a importância da sua aprovação. Faça parte desta causa assinando a petição on-line no site da Avaaz (secure.avaaz.org/po/petition/Aprovar_a_PEC_186). Informações atualizadas podem ser acompanhadas pela página da PEC 186 no Facebook (www.facebook.com/186PECdaEficiencia).

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão Especial da Câmara de Deputados e aguarda agora a votação no plenário da Câmara.

A PEC 186 QUER, JUSTAMENTE, ACABAR COM A ESCOLHA DE QUEM PODE OU NÃO SER FISCALIZADO, LEVANTANDO MAIS CAPITAL PARA O BRASIL SEM AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA.

Nota de repúdio da Fenafisco: pela rejeição das MPs 664 e 665/2014

As entidades signatárias repudiam, de forma veemente, a restrição de direitos trabalhistas imposta pelas Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665/2014. Sem qualquer diálogo com a sociedade, o governo limita a concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, pensão por morte, seguro-desemprego e abono salarial, em flagrante prejuízo aos trabalhadores dos setores público e privado.

Na pensão por morte, por exemplo, antes não havia carência nem para o INSS nem para o Regime Próprio dos Servidores Públicos. Com a nova regra, passa a ser exigido o prazo de 24 meses de matrimônio ou união estável para a sua concessão, excetuando-se poucos casos. O fim das pensões vitalícias, outra inovação do texto, criará uma regra tão negativa quanto a do fator previdenciário, pois o benefício será concedido de acordo com a expectativa de vida do cônjuge.

Chega-se ao absurdo de prever pensão por apenas três anos, caso o beneficiário tenha maior expectativa de vida. A Medida é mais drástica ainda contra as mulheres, que na ausência do pai provedor têm na segurança dos filhos, no que tange à educação, saúde, lazer e outros serviços básicos, além do fato de terem maior expectativa de vida.

Estranhamos também que um governo dito democrático tenha optado pelo instituto da medida provisória para estabelecer alterações tão significativas, que afetam diretamente a vida de milhões brasileiros. Vale ressaltar, nesse sentido, que a Carta Magna veda a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda constitucional até a promulgação da Emenda 32, como é o caso desses direitos previdenciários.

Ademais, as matérias em apreço não se revestem da urgência e da relevância necessárias para a edição de MP. Como agravante, as medidas foram publicadas em 30 de dezembro, em edição extra do Diário Oficial, no apagar das luzes de 2014. Este não é o comportamento esperado de um governo que se diz democrático e participativo.

Por fim, como trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, não aceitamos medidas que reduzam ou subtraíam conquistas e direitos, ao mesmo tempo em que o empresariado é contemplado com desonerações e benefícios fiscais sem a exigência de qualquer tipo de contrapartida.

Repudiamos esse tratamento desrespeitoso e conclamamos toda a sociedade a combater mais esta violência contra os trabalhadores!

Pela rejeição das Medidas Provisórias 664 e 665/2014!

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Nacional (Anasps)

Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e idosos (COBAP)

Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE)

Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)
Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)

Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto MOSAP)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)

Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da receita Federal do Brasil (SINDIFISCO NACIONAL)

Governo propõe medidas drásticas para cortar gastos



O governo do estado encaminhou, em 4 de fevereiro, dois anteprojotos de lei para a Assembleia Legislativa do Paraná propondo medidas para cortar gastos públicos. Antes do envio, os secretários de Estado da Casa Civil, Eduardo Sciarra, e da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, reuniram-se com 40 deputados estaduais para detalhar as ações de racionalização administrativa.

Os projetos reúnem medidas para redução de despesas, incremento de receitas e complementam as medidas editadas nos 18 decretos assinados pelo governador, Beto Richa, em 1º de janeiro para melhoria da gestão e controle de gastos.

“Não haverá aumento da carga tributária. São ajustes que vão assegurar, num curto espaço de tempo, que o estado restabeleça as condições para investir. Nosso pro-

pósito é retomar e acelerar obras e cumprir os compromissos assumidos pelo governo”, afirmou Sciarra.

O secretário da Casa Civil explicou que o Paraná, assim como o governo federal e a maioria dos estados, enfrenta dificuldades financeiras por causa da baixa atividade econômica e a consequente queda de arrecadação. Ele explicou que a mudança do calendário de recolhimento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para abril também alterou o fluxo de caixa do estado.

O líder do governo na Alep, deputado estadual Luiz Claudio Romanelli, reforçou que o estado vive um momento excepcional que exige equilíbrio nas receitas e despesas. “São importantes medidas de austeridade que o governo está propondo”, disse.

ADEQUAR

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, fez uma explanação da situação financeira do estado, ressaltando que toda a estrutura administrativa estadual terá que adequar os gastos a uma nova realidade orçamentária e financeira. “A situação é difícil e exige medidas duras”, asseverou.

Costa também afirmou que parte do orçamento do estado será contingenciada depois de feita uma reestimativa de receitas para o ano. “Todas as medidas são de extrema importância para o processo de ajuste fiscal que o governo está fazendo”, afirmou o secretário.

Mauro Ricardo disse que a legislação tributária do Paraná atual provocou desequilíbrio financeiro do caixa do Executivo por concentrar a arrecadação em poucos setores da economia e pela prática de alíquotas de impostos muito mais baixas do que as que são praticadas em outros estados.

Fonte: AEN

**OS PROJETOS
REÚNEM MEDIDAS
PARA REDUÇÃO
DE DESPESAS E
INCREMENTO DE
RECEITAS.**

Melhores iniciativas do Paraná estão reunidas na nova revista do PGP-PR

Os 36 melhores projetos desenvolvidos pelo Paraná em 2014 agora estão ilustrados na nova revista do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), lançada no fim de janeiro, para que a toda a população possa conhecer e acompanhar o que está sendo feito de bom no nosso estado.

A publicação, que está em sua segunda edição, contempla todos os projetos premiados na cerimônia de entrega do 2º PGP-PR – realizada em dezembro de 2014, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, o PGP-PR visa reconhecer gestores públicos municipais que desenvolvem projetos inovadores de administração pública com resultados positivos para as cidades e para a população.

A revista conta com 37 matérias que trazem uma abordagem sobre todo o processo da segunda edição do PGP-PR e sobre cada projeto premiado. Ainda esclarece de forma concisa o que foi desenvolvido pelos municípios, quem foram os envolvidos, como foi feito e quais os benefícios para a população, além contar com depoimentos de autoridades sobre a iniciativa do SINDAFEP.

Em 2014, 30 municípios para-



naenses tiveram suas boas práticas administrativas reconhecidas pelo Prêmio. Ao todo, 61 prefeituras participaram do 2º PGP-PR com 133 projetos, superando os números do ano anterior, no qual 49 municípios apresentaram 89 projetos.

“Nossa expectativa é de que essa terceira edição do Prêmio supere ainda mais o sucesso das anteriores. Cada vez temos mais prefeitos interessados em mostrar aquilo que fazem de bom pela população e, quanto mais projetos tivermos, mais a sociedade sai ganhando”, destaca o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

Cerca de três mil exemplares da revista serão distribuídos para multiplicar as boas práticas pelo Paraná. A revista e também os projetos poderão ser consultados no

banco de dados disponível no site do PGP-PR – www.pgp-pr.org.br –, que reúne as iniciativas dos anos anteriores.

3º PGP-PR

Em 2015 será realizado o 3º Prêmio Gestor Público Paraná, que terá como tema Meio Ambiente – Não Temos Tempo. O Futuro é Agora.

A temática foi escolhida como forma de estimular as administrações municipais a desenvolver políticas públicas nessa área, dada a crescente necessidade de realizar medidas sustentáveis para preservar o meio ambiente e garantir um futuro melhor para os cidadãos.

A diretoria do SINDAFEP convida os prefeitos de todo o estado a participarem dessa iniciativa que beneficia a sociedade.

SINDAFEP participa de palestra promovida pelo PROCON-PR

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná participou em 12 de dezembro de 2014, como representante do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi-PR), da palestra Direitos do Consumidor Idoso, promovida pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PR) em parceria com a Escola de Educação em Direitos Humanos do Paraná (ESEDH) – órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

O evento teve como objetivo

“propiciar a inserção dos direitos de cidadania no dia a dia do cidadão idoso, subsidiá-lo com informações básicas relativas à saúde e assistência médica, transporte, cultura, esporte e lazer, orçamento familiar, entre outros, privilegiando questões relativas ao consumo deste público”, relata o Auditor Fiscal Osmar de Araújo Gomes, representante do sindicato no Cedi-PR.

Com linguagem simples e acessível, foram abordados os principais direitos descritos no Código de Defesa do Consumidor e em outras le-

gislações, com exemplos práticos enfrentados pelo público idoso.

A palestra poderá ser apresentada pelo PROCON-PR em associações, sindicatos e outras entidades, desde que seja feito o agendamento prévio com o órgão.

FORAM ABORDADOS OS PRINCIPAIS DIREITOS DESCRITOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Fenafisco premia estudos na área tributária

O SINDAFEP convida seus filiados a participarem da 6ª edição do Concurso de Monografias da Fenafisco. A participação é gratuita e o prazo para inscrições é 31 de março.

Todos os participantes receberão certificado, e os oito primeiros colocados serão convidados a apresentar os trabalhos durante a VI Plenária Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Plenafisco) – com direito a inscrição, deslocamento até o local do evento, estadia, meio de transporte e hospedagem a critério da organização do evento. As três melhores monografias



ganharão, ainda, prêmios em dinheiro que variam de 2 a 5 mil reais.

O objetivo do concurso é incenti-

var a pesquisa e promover a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Fisco.

Só 36% das cidades do Paraná têm conselhos do idoso em funcionamento



Levantamento realizado neste ano pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) revela que apenas 146 cidades do Paraná têm conselhos municipais de direitos do idoso atuantes. Em comparação a 2010, data da última pesquisa, houve queda de 20,21% no número de conselhos em pleno funcionamento, que antes somavam 183.

O SINDAFEP esteve presente na divulgação pública dos dados, que aconteceu em 3 de dezembro na sede do MP-PR.

“De posse dos dados compilados, efetuamos a comparação, a evolução ou não em relação a quatro anos atrás, bem como refletimos sobre a realidade que demonstram tais dados”, explica o Auditor Fiscal Osmar de Araújo Gomes, membro do CEDI-PR.

Para a procuradora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio

Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência, Rosana Bevervanço, a pesquisa mostra que houve retrocesso das políticas públicas de atenção ao idoso.

“Existe um vazio a ser ocupado. Os conselhos são os principais responsáveis por elaborar as políticas de atendimento aos idosos, mas apenas uma pequena parcela do estado as tem em pleno funcionamento”, explica a procuradora. Só no Paraná, as pessoas com mais de 60 anos de idade totalizam 1,31 milhão, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se observado o cenário geral apresentado pelos dados, a situação é ainda mais preocupante, como ressalta a vice-presidente da Comissão de Direitos do Idoso da seção paranaense da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Cristhiane Kulibaba Ishi.

A pesquisa indica que 158 cidades admitem não fiscalizar as instituições de longa permanência – antigos asilos. Ao todo, 202 cidades não têm qualquer tipo de asilo, 296 municípios dizem não ter qualquer tipo de convênio com cidades vizinhas para atendimento a idosos, e 241 não detêm formas alternativas de asilamento, como casas, lares ou condomínios para a terceira idade.

SOLUÇÃO

Para solucionar a fragilidade municipal das políticas públicas de atenção ao idoso, o MP-PR sugeriu a criação de redes regionais de atendimento. A proposta deve ser analisada em reunião do CEDI-PR no próximo dia 18.

A secretária estadual da Família e Desenvolvimento Social, Leticia Codagnone, defende a mesma solução. Ela aponta que 90% do Paraná é composto por cidades com menos de 20 mil habitantes, o que inviabilizaria uma grande rede de atendimento, mas permitiria a criação de redes regionais para tratar de realidades diferentes.

O ideal seria cada cidade ter seu conselho e infraestrutura própria para cuidar dos idosos, mas, como não existe possibilidade de isso acontecer – segundo as autoridades estaduais –, o consórcio de municípios é uma solução possível.

Uma vida de dedicação à Família Fiscal



Não é por acaso que o Auditor Fiscal aposentado João Henrique Paiva é conhecido no município de Ivaiporã como João Fiscal.

Aposentado há 24 anos, sempre é visto vestindo a camiseta do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná e tem orgulho de falar sobre sua carreira e suas atividades junto à Família Fiscal.

Muito participativo nos eventos do Sindicato, frequenta as reuniões de aposentados mensalmente e não perde o Encontro de Fiscais Aposentados (EFA), a Fiscalíada e o jantar de confraternização no final do ano.

“Não participo de nenhuma modalidade esportiva, mas vou à Fiscalíada para reencontrar meus colegas, que conheço desde a fundação do SINDAFEP”, conta Paiva.

LAZER

A carreira de Paiva começou em 1954, e a Colônia de Férias do SINDAFEP em Guaratuba, litoral do Paraná, nasceu em 1956. Como um dos fundadores desta sede, nunca deixa de aproveitar a estrutura oferecida.

“Quando venho à praia me sinto mais à vontade na Colônia, porque eu sou parte disso, essa é minha casa. Temos que participar, aproveitar, pois esse é um patrimônio nosso”, fala Paiva.

Desde a sua fundação, a Colônia passou por diversas melhorias, como destaca o aposentado: “Desde quando o José Carlos assumiu o Sindicato pela primeira vez, houve uma transformação. Desde então uma gestão tem sido melhor que a outra, pois é um projeto com continuidade, não é um presidente querendo

fazer melhor que o outro, mas fazer tudo que há necessidade”.

Recentemente, Paiva foi à inauguração da Colônia do SINDAFEP em Porto Rico, no interior do Paraná, e ficou animado com mais esta opção de lazer. “Eu nunca gostei de pescar no Rio Paraná, mas agora estou empolgado! Porto Rico é uma cidadezinha que já está nascendo grande e será polo turístico de água doce”, comenta.

CONSELHOS

“Nunca imaginei que fosse chegar assim aos 85 anos, bem lúcido, participando de festas, viajando, conhecendo lugares, tirando fotografias e formando a história”, comemora.

Para quem deseja chegar à idade de Paiva com esta animação, o segredo é buscar sempre novos aprendizados. “A vida da gente é uma escola, nunca sabemos demais e todos os dias estamos aprendendo”, assevera.

Além disso, faz o convite para que os aposentados, e também aqueles que estão pensando em se aposentar, juntem-se a ele: “Aproveite o que o SINDAFEP oferece, como a Colônia e as festas. Venha para o Sindicato, não abandone, porque aqui é a nossa escola de vida. Não é porque se aposentou que tudo terminou! Estamos aprendendo cada vez mais a viver!”

Administrativo

Taxas da Colônia de Férias do SINDAFEP são reajustadas

Em 22 de janeiro, a diretoria do SINDAFEP publicou ato administrativo que estabelece reajuste das taxas de manutenção, reativação e de transferências de títulos de sócios quotistas usuários da Colônia de Férias, conforme o estatuto da entidade.

Os reajustes foram estabelecidos em vista das reformas realizadas na estrutura da Colônia, que passou por modernização estrutural e recebeu novos móveis e equipamentos, além de melhorias nas áreas de lazer.



Para 2015, o valor da taxa de manutenção será de R\$ 1.800, a taxa de reativação será de cinco salários

mínimos e a transferência de titularidade deverá ser feita sob as condições definidas no ato.

Atenção às mudanças no horário de atendimento do SINDAFEP

Visando atender melhor a seus filiados, o SINDAFEP mudou seu horário de funcionamento. A partir de fevereiro, o Sindicato funcionará entre as 8h30 e as 12h e, no período da tarde, entre as 13h e as 17h30.

A mudança foi feita para adequar o horário de almoço dos funcionários do SINDAFEP, padronizar questões administrativas e, assim, permanecer mais tempo em funcionamento no início da tarde, possibilitando atender com mais qualidade à demanda dos filiados.

No período de carnaval, o SIN-



DAFEP informa que terá expediente diferenciado. Entre 16 e 18 de fevereiro, a sede estará fechada. No

dia 19 as atividades voltam ao normal, com atendimento a partir das 8h30.

Entenda como será a contribuição previdenciária a partir de abril

Com a aprovação da lei estadual 18.370, em 15 de dezembro do último ano, os servidores públicos estaduais aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje fixado em R\$ 4.662,92, passaram a ser taxados em 11%.

A partir de abril desse ano, estes servidores terão de pagar o percentual sobre o que ultrapassar o valor do teto, por isso o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná esclarece a

seus filiados como se dará a contribuição.

De acordo com a lei, aposentados e pensionistas que recebam, cumulativamente, proventos acima de R\$ 4.662,92 passam agora a contribuir com a Previdência.

Assim, aquele que recebe R\$ 6.500, por exemplo, paga 11% apenas sobre o valor que excede o teto – ou seja, R\$ 1.837,08. Neste caso, o valor pago é equivalente a R\$ 202,08.

Estão isentos apenas os servidores aposentados, pensionistas e

militares da reserva ou reformados que recebem abaixo do valor do teto e os portadores das seguintes doenças: moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, Parkinson, espondiloartrose anquilosante, neuropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget, contaminação por radiação e síndrome da imunodeficiência adquirida.

Reunião do CEDI-PR define prioridades para 2015

Em 18 de dezembro de 2014, foi realizada Reunião Ordinária do CEDI-PR que contou com a presença da secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille. Dentre as pautas debatidas, estavam as Conferências Municipais e Estadual de 2015, o edital do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FIPAR) e o lançamento do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa 2015-2018.

Aprovado em Plenária em outubro de 2014, o Plano é resultado do trabalho conjunto da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

(SEJU) do Paraná e do CEDI-PR, e da participação das secretarias de estado responsáveis pela articulação e execução da Política Estadual para a Pessoa Idosa no Estado do Paraná. Além disso, contou com a participação efetiva da sociedade civil organizada, via conselho estadual, com contribuição do SINDAFEP, que esteve representado pelo Auditor Fiscal Osmar de Araújo Gomes.

Mais que as violências física e psicológica contra os idosos, preconceito, falta de políticas públicas, atendimento precário à saúde, baixos valores das

aposentadorias, abandono e abusos financeiros são considerados problemas que afetam diretamente a população idosa.

Construído coletivamente, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa compromete aos órgãos e entidades governamentais, participantes ou não do CEDI, a construir uma realidade melhor para a população idosa do país. Sem medir esforços, o objetivo é que cada ação proposta seja efetivada, tornando o estado do Paraná propício à vivência cidadã desta população.

Eventos

Em reunião, diretor da CRE já discute detalhes do V Seminário do Fisco

No dia 3 de fevereiro, o SINDAFEP realizou reunião com o diretor da Coordenação da Receita Estadual, José Aparecido Valencio da Silva, para tratar dos preparativos do V Seminário do Fisco Paranaense.

A vice-presidente de administração do SINDAFEP, Nilce Costa de Oliveira Nascentes, apresentou as propostas para essa quinta edição.

O evento realizado pelo SINDAFEP, em parceria com a Escola de Administração Tributária (ESAT), tem por objetivo discutir os temas da mais alta importância para o Fisco.



Como o público-alvo do Seminário é o Auditor Fiscal, a liberação do diretor da CRE para que o evento se

realize é imprescindível. Em reunião, também foi discutido quais projetos a CRE irá apresentar.

Participe do 26º Encontro do Dia Internacional da Mulher

Em 2015, o SINDAFEP promoverá a 26ª edição do Encontro do Dia Internacional da Mulher. Para celebrar essa data tão significativa, será realizado jantar dançante em 6 de março, às 20h, na Sociedade Thalia.

Audidores Fiscais e familiares estão convidados a participar da confraternização. Os convites podem ser retirados, gratuitamente, até 3 de março, diretamente na sede do Sindicato.

Os ingressos para os convidados são limitados e o valor é de R\$ 80.

A diretoria conta com a presença de toda a família Fiscal paranaense. “Con-

vidamos todos a participarem desse jantar, que preparamos especialmente para homenagear as Auditoras Fiscais e

todas as mulheres que fazem a diferença em nossas vidas”, afirma o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

